

## **REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES EXPLORATÓRIAS PARA ÓLEO E GÁS NA BACIA DE CAMPOS SOB A VISÃO DA ANP**

*Carlos Augusto Sarmiento Ferreira<sup>1</sup>; Tânia Maria Gomes Fernandes<sup>2</sup>; Moisés Vieira Pinto<sup>3</sup>*

<sup>1</sup> AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP; <sup>2</sup> AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP; <sup>3</sup> AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP

**RESUMO:** A Lei nº 9.478 / 1997 dispõe em seu Capítulo IV, Seção I, Artigo 8º e inciso VII sobre a fiscalização direta das atividades integrantes da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis. Precede à atividade de regulação neste setor a delimitação de blocos para concessão de atividades de exploração, desenvolvimento e produção; a execução de serviços de geologia e geofísica com vistas ao levantamento de dados técnicos; e a promoção de licitações para as referidas atividades, celebrando contratos dela decorrentes. Uma vez assinado o contrato com a ANP, entra em vigor o Contrato de Concessão de Exploração, que estabelece prazos, compromissos exploratórios (dados geofísicos, geológicos e de poços), e analisa eventuais descobertas, planos de avaliação de descobertas e declaração de comercialidade. O produto final da avaliação exploratória é a passagem para uma fase de desenvolvimento de produção. Este trabalho mostra, portanto, todas as fases de regulação da fase de exploração sob a visão da ANP.

**PALAVRAS-CHAVE:** CONTRATO; FASES EXPLORATÓRIAS; PEM.